Processo n.º 75/2010

Data do acórdão: 2010-2-11

(Autos de recurso penal)

Assuntos:

- pedido de indemnização cível na acção penal
- princípio de adesão
- art.º 60.º do Código de Processo Penal
- art.º 61.º, n.º 1, do Código de Processo Penal
- justiça processual
- art.º 71.º, n.º 4, do Código de Processo Penal
- reenvio do enxerto cível para acção separada
- unidade da prova
- concentração processual

S U M Á R I O

1. Segundo o art.º 60.º do Código de Processo Penal de Macau (CPP), o pedido de indemnização civil fundado na prática de um crime é deduzido no processo penal respectivo, só o podendo ser em separado, em acção cível, nos casos previstos na lei, sendo os casos previstos na lei os referidos expressa e concretamente no art.º 61.º seguinte.

2. Ao aumento, por necessidade processual, do número das partes demandadas no pedido cível inicialmente já admitido como enxertado na

acção penal não se deve fazer associar qualquer juízo de “previsão” de demora processual, pois as normas processuais são para serem cumpridas, com vista à justiça processual, vocacionada, em última instância, a permitir uma declaração materialmente justa do direito ao litígio.

3. A alegada “complexidade da matéria do pedido cível” não equivale, sob pena de petição de princípio, à situação de inviabilidade de tomada de uma decisão rigorosa sobre o pedido cível, de que se fala no n.º 4 do art.º 71.º do CPP como um dos dois pressupostos materiais alternativos para possibilitar o reenvio do enxerto cível de indemnização para acção separada.

4. Não se tratando de nenhum dos casos expressamente previstos no art.º 61.º do CPP em que o pedido de indemnização cível possa ser deduzido em separado, nem se vislumbrando como já existente qualquer situação materialmente pressuposta pelo n.º 4 do art.º 71.º deste Código para o reenvio legal do enxerto cível para acção separada, há que obedecer ao princípio de adesão constante do referido art.º 60.º, em prol sobretudo dos valores da unidade da prova e da concentração processual.

O relator,

Chan Kuong Seng

Processo n.º 75/2010

(Autos de recurso penal)

Recorrente: A (XXX)

Tribunal a quo: 4.º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Base

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

I – RELATÓRIO

1. No âmbito do inquérito penal n.º 5034/2008, o Ministério Público deduziu, em 15 de Janeiro de 2009, acusação contra a arguida **B** (XXX), imputando-lhe a prática, em 18 de Abril de 2008, e contra o ofendido **A** (XXX), de um crime de ofensa grave à integridade física por negligência (cfr. o libelo acusatório de fls. 86 a 87 dos presentes autos correspondentes).

2. Após recebida judicialmente a acusação, veio o ofendido, na pessoa do seu Ilustre Advogado, apresentar, em 20 de Março de 2009, o pedido cível de indemnização, para ser enxertado no correspondente processo penal então distribuído como sendo processo comum singular n.º CR1-09-0113-PCS do 1.º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Base, a fim de reclamar contra aquela arguida, a seguradora automóvel e a proprietária do veículo conduzido por aquela, seis milhões, quinhentas e oito mil, setecentas e oitenta e quatro patacas de indemnização total (cfr. o teor do pedido cível constante de fls. 113 a 129 dos presentes autos).

3. Em face disso e atento o valor do pedido cível que excedia cinquenta mil patacas, o Mm.º Juiz titular desse processo penal determinou, em 21 de Abril de 2009, a nova distribuição desses autos como “processo comum colectivo” (cfr. o despacho judicial de fl. 308 dos autos), com o que os mesmos autos passaram a ser autuados como processo comum colectivo n.º CR1-09-0135-PCC.

4. Por despacho judicial de 4 de Maio de 2009 (a fl. 313), foi ordenada a citação das três demandadas civis.

5. Ulteriormente, o Mm.º Juiz titular do processo, a propósito da matéria de excepção deduzida pelas 1.ª e 3.ª demandadas na contestação, determinou, em 6 de Novembro de 2009, a notificação do demandante civil para apresentar, em dez dias, nova petição do pedido cível, com necessária inclusão de factos com relevância para o disposto no art.º 58.º,

n.º 3, do Decreto-Lei n.º 40/95/M, de 14 de Agosto, a fim de permitir a participação da entidade patronal do demandante e da eventual seguradora do trabalho do demandante na causa do pedido cível (cfr. o despacho judicial de fl. 383).

6. Em cumprimento dessa determinação judicial, o demandante apresentou, em 18 de Novembro de 2009, nova petição do pedido cível (ora a fls. 385 a 402 dos autos).

7. Ulteriormente, em 2 de Dezembro de 2009, a nova Mm.^a Juíza titular do processo (pois houve redistribuição do processo por efeito do recente aumento do número de secções de processo penal no Tribunal Judicial de Base, à luz da qual o mesmo processo passou a ser afectado agora ao 4.º Juízo Criminal, como sendo processo comum colectivo n.º CR4-09-0101-PCC) determinou, no seu despacho de fl. 403, o seguinte: No presente processo, considerando o aumento do número das partes demandadas no pedido cível, com o que é de prever que a marcha processual irá voltar a ser demorada, para além de considerar a complexidade da matéria do pedido cível, o Tribunal entende que caso continue a tramitar o pedido cível de indemnização no presente processo, haverá prejuízo à actividade jurisdicional respeitante à parte penal, afectando a celeridade do processo penal, pelo que o Tribunal decide em conhecer tão-só da parte penal (por tribunal singular), e caso a parte

demandante civil queira, ela pode fazer decidir em separado, através de tribunal civil, o seu pedido cível de indemnização.

8. Inconformado, veio o demandante civil recorrer desse despacho para este Tribunal de Segunda Instância, para rogar a invalidação do mesmo, com conseqüente determinação do tratamento, pelo mesmo Tribunal *a quo*, do pedido cível então deduzido (cfr. a motivação do recurso de fls. 410 a 418).

9. Ao recurso, vieram responder quer a Digna Delegada do Procurador junto do Tribunal *a quo* quer a demandada arguida penal, igualmente no sentido de manutenção da decisão recorrida (cfr. a resposta de fls. 420 a 423v).

10. Subido o recurso, o Digno Procurador-Adjunto, em sede de vista a ele aberta, afirmou (a fl. 448) não haver lugar à emissão de parecer, por falta de legitimidade do Ministério Público para o efeito.

11. Feito subsequentemente o exame preliminar pelo relator, e corridos já os vistos legais, cumpre agora conhecer da sorte do recurso.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O art.º 60.º do Código de Processo Penal de Macau (CPP) é claro ao rezar que “O pedido de indemnização civil fundado na prática de um crime é deduzido no processo penal respectivo, só o podendo ser em separado, em acção cível, nos casos previstos na lei” (com sublinhado agora posto), sendo os casos previstos na lei os referidos expressa e concretamente no art.º 61.º seguinte.

Ora, in casu, o pedido cível de indemnização já foi, e aliás bem, admitido como enxertado na acção penal subjacente aos presentes autos recursórios, por decorrência sobretudo do despacho de 4 de Maio de 2009 do então Mm.º Juiz titular do processo penal em questão que ordenou, aí, a citação da parte civil inicialmente demandada (cfr. o ponto 4 acima).

Por isso, a apresentação de um novo petitório do pedido cível, a convite posterior precisamente desse mesmo Mm.º Juiz titular já após a fase de contestação inicial, não é susceptível de alterar ou inverter essa situação processual de caso julgado formal, decorrente, há muito, do dito despacho de citação, pelo que, desde já processualmente falando, se mostra ilegal e indevida a decisão, tomada no despacho da Mm.ª Juíza actualmente titular do processo penal em questão, no sentido de não fazer conhecer do pedido cível, à moda, aliás, de *venire contra factum proprium*.

Outrossim, quanto ao mérito da decisão ora recorrida, não é de abraçar como legalmente válida a argumentação invocada pela Mm.ª Juíza para sustentar essa sua decisão, porquanto:

– desde logo, o aumento do número das partes demandadas ocorreu exactamente a convite do Mm.º Juiz então titular do processo, por necessidade processual, pelo que a isto não se deve fazer associar qualquer juízo de “previsão” de demora processual, pois as normas processuais são para serem cumpridas, com vista à justiça processual, vocacionada, por sua vez e em última instância, a permitir uma declaração materialmente justa do direito ao litígio, sendo certo que *in casu* nem esteja em causa um processo com arguido preso ou detido;

– e por outra banda, a alegada “complexidade da matéria do pedido cível” não equivale, sob pena de petição de princípio, à situação de inviabilidade de tomada de uma decisão rigorosa sobre o pedido cível, de que se fala no n.º 4 do art.º 71.º do CPP como um dos dois pressupostos materiais alternativos para possibilitar o reenvio do enxerto cível de indemnização para acção separada.

Em conclusão, não se tratando de nenhum dos casos expressamente previstos no art.º 61.º do CPP em que o pedido de indemnização cível possa ser deduzido em separado, nem se vislumbrando como já existente qualquer situação materialmente pressuposta pelo n.º 4 do art.º 71.º deste Código para o reenvio legal do enxerto cível para acção separada, há que obedecer ao princípio de adesão constante do art.º 60.º do mesmo Código, em prol sobretudo dos valores da unidade da prova e da concentração processual.

Procede, pois, o recurso, sendo de invalidar toda a decisão recorrida, com o que incumbe à Mm.^a Juíza *a quo* ordenar a realização de trâmites ulteriores do pedido cível então já enxertado.

III – DECISÃO

Dest'arte, acordam em julgar provido o recurso, revogando o despacho recorrido, com necessária determinação da subsequente tramitação do pedido cível de indemnização, outrora já admitido como enxertado na acção penal em causa, com intervenção do Tribunal Colectivo.

Custas do presente recurso pela demandada civil **B**.

Macau, 11 de Fevereiro de 2010.

Chan Kuong Seng

(Relator)

João Augusto Gonçalves Gil de Oliveira

(Primeiro Juiz-Adjunto)

Tam Hio Wa
(Segunda Juíza-Adjunta)